

Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 15, de 2014

Autoria: Senador Ivo Cassol (PP/RO)**Iniciativa:****Ementa:**

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) requer, nos termos dos arts. 336, inciso III, 337 e 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a imediata apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 605, de 2007, que regulamenta o art. 231, § 3º, da Constituição Federal, e trata do aproveitamento dos recursos minerais em terras indígenas.

Assunto: -**Data de Leitura:** -**Tramitação encerrada****Decisão:** -**Último local:** -**Destino:** -**Último estado:** 18/03/2014 - APROVADA

TRAMITAÇÃO

01/08/2014 SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente

Ação: A partir de 1º de agosto de 2014 os boletins de ação legislativa não mais serão impressos, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2014, do Secretário-Geral da Mesa. As consultas sobre a tramitação da matéria devem ser realizadas diretamente no sistema eletrônico próprio.

02/04/2014 SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente

Ação: Nesta data, é encaminhado ao Senhor Senador Ivo Cassol, autor deste Requerimento, o Memorando nº 76/2014/CMA, comunicando a resposta da Secretaria Geral da Mesa (SGM) ao Memorando nº 53/014/CMA.

O presente RMA é arquivado em face da resposta da SGM.

21/03/2014 SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente

Ação: Nesta data, é encaminhado Memorando nº 53/014/CMA, a Sua Excelência o Senhor SENADOR RENAN CALHEIROS, Presidente do Senado Federal, comunicando a aprovação deste Requerimento.

18/03/2014 SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: APROVADA

Ação: Reunida a Comissão, nesta data, é lido e aprovado o Requerimento.

Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 15, de 2014

DOCUMENTOS

RMA 15/2014

Data: 18/03/2014

Autor: Senador Ivo Cassol (PP/RO)

Local: null

Descrição/Ementa: A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) requer, nos termos dos arts. 336, inciso III, 337 e 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a imediata apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 605, de 2007, que regulamenta o art. 231, § 3º, da Constituição Federal, e trata do aproveitamento dos recursos minerais em terras indígenas.